

“SER PAI É ESTAR PRESENTE”: CONCEPÇÕES DE PAIS QUE RESPONDEM A PROCESSO PELA LEI MARIA DA PENHA

“TO BE A FATHER IS TO BE PRESENT”: CONCEPTIONS OF FATHERS WHO
RESPOND TO INTIMATE PARTNER VIOLENCE JUDICIAL PROCESS

“SER PADRE ES ESTAR PRESENTE”: CONCEPCIONES DE PADRES QUE
RESPONDEN AL PROCESO JUDICIAL DE VIOLENCIA DE PAREJA

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo conhecer as vivências de paternidade presentes nos relatos de homens que respondem a processo pela Lei Maria da Penha. Foram realizados três grupos focais na modalidade *on-line* totalizando 21 participantes. Como resultados da Análise Temática obteve-se quatro temas principais: Paternidade e gênero; Educar; Pais e seus Pais; Momentos Marcantes. Houve destaque para concepções de paternidade permeadas por afeto, presença e cuidado, mas também autoridade e provisão material. Os relatos das experiências dos pais com os próprios pais promoveram reflexões acerca da transgeracionalidade tanto pela repetição quanto pelo desejo de mudança. Faz-se necessário olhar para os homens autores de violência contra mulher enquanto pais, de forma a não os reduzir ao ato violento. Destaca-se a necessidade de estudos que contemplem a paternidade e seu exercício em contextos de violência.

Palavras-chave: paternidade; violência; pai; violência conjugal; transgeracionalidade.

ABSTRACT: This study aims to understand the conceptions of paternity of men who respond to a legal process under the Maria da Penha Law. Three online focus groups were held, totalizing 21 participants. As a result of the Thematic Analysis, four main themes were obtained: Paternity and Gender, Educate, Fathers and their Fathers and Remarkable Moments. There was an emphasis on conceptions of fatherhood permeated by affection, presence and care, but also authority and material provision. Furthermore, the reports of father's experiences with their own fathers promoted reflections about transgenerationality both through repetition and desire for changes. It is necessary to look at men who are perpetrators of violence against women also as fathers so as not to reduce them to the violent act. The need for studies that address paternity and its exercise in contexts of violence is highlighted.

Keywords: paternity; violence; intimate partner violence; transgenerationality.

RESUMEN: El presente estudio tiene como objetivo conocer las experiencias de paternidad presentes en los informes de hombres que responden a proceso por la Ley Maria da Penha. Se realizaron tres grupos focales online, totalizando 21 participantes. Como resultado del Análisis Temático se obtuvieron cuatro temas principales: Paternidad y género, Educar, Padres y sus Padres y Momentos Prominentes. Se destacan las concepciones de paternidad permeadas por el afecto, la presencia y el cuidado, pero, también, por la autoridad y la provisión material. Los relatos de las experiencias de los padres con sus propios padres promovieron reflexiones sobre la transgeracionalidad, tanto por medio de la repetición como por el deseo de cambio. Es necesario mirar a los hombres que cometen violencia contra las mujeres como padres para no reducirlos al acto violento. Se destaca la necesidad de estudios que aborden la paternidad y su ejercicio en contextos de violencia.

Palabras clave: paternidad; violencia; padres; violencia conyugal; transgeracionalidad.

PAOLA
GONÇALVES
E ALVES¹

MARIANA G.
BOECKEL²

¹ INFAPA - Instituto da
Família de Porto Alegre

² UFCSA - Universidade
Federal de Ciências da
Saúde de Porto Alegre

Recebido em 31/03/2022
Aprovado em 03/11/2022

INTRODUÇÃO

Mudanças vêm acometendo a paternidade nos últimos anos, mas estudos sobre parentalidade permanecem centrados, principalmente, na maternidade (Matos & Magalhães, 2019). O ser pai envolve, hoje, muito mais do que sustentar financeiramente e ser o responsável pela tomada de decisão dentro da família (Arruda & Lima, 2013; Bernardi, 2017; Gabriel & Dias, 2011), é preciso estar presente e participar ativamente do cuidado com os filhos (Beraldo & Trindade, 2016; Bernardi, 2017; Santos, Ferreira & Freitas, 2018). Sabe-se dos benefícios que a presença paterna proporciona para o desenvolvimento infantil (Benczik, 2011; Gianini, 2021;). Entretanto, a ausência paterna ainda é uma realidade no Brasil e exige atenção. De acordo com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), aproximadamente 100 mil crianças nascidas em 2021 têm em seu registro apenas o nome da mãe.

Keijzer (2003) aponta para a importância de pensar a paternidade no plural e, portanto, destaca que o mais assertivo seria denominar paternidades; tendo em vista as múltiplas formas para seu exercício. Andolfi (2021) traz reflexões sobre “ser pai” na sociedade atual, abrindo espaços para novas formas de ser e de estar ao lado dos filhos. Os pais podem expressar seus sentimentos e vulnerabilidades, podem estar presentes, acompanhar o crescimento dos filhos e cuidá-los. Andolfi (2021) refere o papel de cuidado como inerente ao ser humano e o quanto os pais têm assumido de forma mais veemente essa tarefa, e, nas situações em que são privados de exercê-la, acabam sofrendo intensamente — o que acaba acontecendo em situações como separações, divórcios e violência conjugal.

Entende-se o envolvimento paterno enquanto um fenômeno social, cultural e histórico, o qual compreende aspectos como interação (tempo em que o pai está presente interagindo com a criança), disponibilidade (estar disponível para as necessidades do filho) e responsabilidade (comportamentos direcionados a proporcionar o bem-estar dos filhos) (Backes *et al.*, 2018; Lamb, 2000).

Historicamente, o lugar de cuidado é intrínseco ao espaço privado do lar, local designado às mulheres. Assim sendo, o cuidado dos filhos também é designado às mães. Já os espaços públicos são ocupados pelos homens. Estereótipos de gênero construídas socialmente colocam os homens nos lugares de exercício de poder e as mulheres à margem, estando o cuidado com os filhos, também neste local marginalizado (Lagares & Hackbardt, 2015).

Nesse processo, há uma história de geração para geração aprendida. Desse modo, vivências familiares, experiências do passado e ideias construídas socialmente compõem as representações de “ser pai”. Dessas vivências, a violência na infância pode ser um atravessamento importante, visto que os modelos relacionais aprendidos podem ser reproduzidos na vida adulta (Backes *et al.*, 2018; Bolze, 2016; Colossi *et al.*, 2015; Rodrigues & Chalhub, 2014). Nesse sentido, cabe mencionar o estudo sérvio de Kostic, Spasojević e Mitrovic (2018), o qual salienta a transmissão transgeracional enquanto aspecto importante na formação e no exercício da paternidade. Foram avaliadas 80 famílias em relação ao envolvimento paterno e ao impacto de experiências negativas com os próprios pais. Os resultados evidenciaram que pais com vivências positivas com seus próprios pais ao longo da infância (presença do pai e um relacionamento positivo com ele) mostraram-se, conseqüentemente, mais envolvidos com seus filhos. Da mesma forma, experiências negativas, como a vivência de situações de violência, mostraram-se associadas a maior afastamento e menor envolvimento dos participantes para com seus filhos (Kostic *et al.*, 2018).

Para além do impacto no envolvimento paterno, a violência é um problema grave que reverbera em toda a sociedade. Um estudo com 83 países aponta o Brasil como o 5º país nos índices de feminicídio (Waiselfisz, 2015), destacando a gravidade do tema. Em 2020 foram registrados 1.350 casos de feminicídios no Brasil, um crescimento de 0,7% em relação ao ano anterior. Desse total, 81,5% foram mortas por seus companheiros ou ex-companheiros (Fundação Brasileira de Segurança Pública, 2021). Importante lembrar que, em geral, nesses contextos, há crianças testemunhando a violência conjugal (Colossi *et al.*, 2015), trazendo prejuízos para todos envolvidos direta ou indiretamente.

A compreensão sobre os pais e como a violência impacta na relação pai-filho ainda é um assunto pouco explorado, pouco se sabe sobre a relação entre a perpetração de violência conjugal e a parentalidade paterna. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (2012) destaca e posiciona a temática da paternidade no âmbito de intervenções relacionadas à prevenção da prática de violência por parceiro íntimo. A paternidade também emerge enquanto possibilidade de intervenção na perspectiva de saúde, como uma via positiva e de saúde mental para acesso aos homens autores de violência por parceiro íntimo.

Dessa forma, aprofundar o conhecimento sobre a temática é fundamental para o planejamento de intervenções que envolvam, de forma mais específica, a população de homens autores de violência que são pais (Adhia & Jeong, 2019; Beraldo & Trindade, 2016; Mohaupt & Duckert, 2016; Stover, 2013). Diante disso, o presente artigo se propôs a compreender as concepções de paternidades presentes nos relatos de homens que respondem à Lei 11.340, Maria da Penha.

MÉTODO

Participantes

No total, participaram 20 homens, maiores de 18 anos, pais, acusados ou autores de violência conjugal. Em relação ao número de filhos: média de 2 (DP 1,66) e a média de idade 13 (DP 9,80). Demais informações são descritas na Tabela 1.

Os critérios de inclusão utilizados foram: (a) homens alfabetizados e maiores de 18 anos, (b) que tenham pelo menos 1 filho, (c) acusados ou autores de violência conjugal, respondendo a processos judiciais com base na Lei 11.340/2006. Como critérios de exclusão estão os homens acusados de violência contra outras mulheres que não são/foram suas companheiras.

Tabela 1. Idade, cor, situação laboral e escolaridade dos participantes

Participante ¹	Idade	Cor	Situação laboral	Escolaridade
Giovani	49	Pardo	autônomo	fundamental completo
Antônio	52	Branco	assalariado	médio completo
João	49	Branco	desempregado	superior completo
Cláudio	51	Branco	autônomo	médio completo
Valdemir	60	Negro	aposentado	fundamental completo
Jonas	25	Pardo	assalariado	médio completo
Francisco	50	Negro	aposentado	superior incompleto
Walter	44	Pardo	assalariado	fundamental incompleto
Pedro	36	Negro	assalariado	fundamental incompleto
Hugo	41	Branco	assalariado	pós-graduação completo
Oswaldo	56	Negro	autônomo	fundamental incompleto
Breno	54	Branco	autônomo	médio incompleto
Luan	21	Branco	desempregado	fundamental incompleto
Matheus	32	Branco	autônomo	médio incompleto
Camilo	28	Pardo	autônomo	técnico incompleto
Gabriel	33	Branco	assalariado	técnico incompleto
Saulo	42	Branco	autônomo	superior incompleto
Alessandro	29	Branco	assalariado	médio incompleto
Clóvis	39	Pardo	assalariado	médio completo
José	47	Branco	autônomo	fundamental completo

Instrumentos

Foram utilizados os seguintes instrumentos da pesquisa: (a) ficha de dados sociodemográficos: questionário de autoria das pesquisadoras a fim de caracterizar e contextualizar os participantes da pesquisa; (b) Grupo Focal (GF) com o objetivo de promover reflexão sobre o exercício da paternidade, principais desafios e concepções sobre a relação pai-filho no contexto de violência contra a mulher. Foram realizados três GF com duração de 1h30 (entre março e agosto de 2021). Em decorrência da pandemia de Covid-19, os encontros aconteceram de forma *on-line* pela plataforma Google Meet. A moderadora foi a própria pesquisadora e contou com a presença de um pesquisador observador.

¹ Todos os nomes aqui descritos são fictícios.

Utilizou-se o método qualitativo de cunho descritivo-exploratório de pesquisa. O acesso aos homens foi viabilizado por intermédio do 1º Juizado da Vara de Violência Doméstica e Familiar de Porto Alegre, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). As entrevistas foram *on-line* pela plataforma Google Meet e tiveram o seu conteúdo gravado em vídeo e, posteriormente, transcritos. A análise das informações foi realizada por intermédio da Análise Temática Indutiva, ou seja, guiada pelos conteúdos provenientes dos relatos dos participantes (Braun & Clarke, 2006). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFCSPA) sob Parecer 4.646.860. Em sua realização, foram atendidas as diretrizes e recomendações éticas propostas pela Resolução CNS 510/2016. A geração de dados só se iniciou após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa foi realizada com 20 pais, residentes no sul do país, que estavam respondendo a processo pela Lei Maria da Penha. Dentre eles, 50% declararam-se brancos e 20% disseram não ter completado o ensino fundamental. Além disso, 42,85% tinham renda entre 2 e 4 salários-mínimos.

Sabe-se que o processo de construção da identidade masculina e o exercício da paternidade se relacionam estreitamente, visto que o ser pai é uma forma particular de ser homem (Velasquez, 2006). É fundamental considerar que a paternidade é uma construção plural, que pode assumir os mais diversos significados e, portanto, se tornar uma experiência ímpar na vida de cada homem.

Após a Análise Temática das entrevistas de GF, foram estabelecidos quatro principais temas (conforme Tabela 2) que serão elucidados a seguir.

Tabela 2. Temas e subtemas

Tema	Subtema
1) Paternidade e Gênero	a) Ser pai e ser homem b) Diferenças entre ser pai e ser mãe
2) Educar	
3) Pais e seus pais	a) Ausência figura paterna b) Experiência com os próprios pais c) Desejo de fazer diferente
4) Momentos Marcantes	a) Momentos de aproximação e presença b) Momentos de afastamento e ausência

Esse primeiro grande tema divide-se em dois subtemas: (a) ser pai e ser homem; (b) diferenças entre ser pai e ser mãe. Ser pai e ser homem discorre sobre atributos inerentes à masculinidade e às possibilidades de paternidade para os homens participantes. Este subtema abrange também a mudança de paradigma com a emersão do “novo pai”. Historicamente, os homens assumiram funções públicas, exercendo no contexto doméstico a autoridade parental, “distante dos filhos e com inexpressivas manifestações de afeto” (Lagares & Hackbardt, 2015, p. 129). Desse modo, a identidade masculina acabou por constituir-se por atributos como força, sucesso e capacidade (Medeiros, 2021; Neto, Firmino & Paulino, 2019) que se transpõem para o exercício da paternidade em práticas como prover, ensinar e ter autoridade: “A gente tem que batalhar pra educar os nossos filhos dando o certo, dando o correto” (Alessandro); “Tentei fazer de tudo pra dar o melhor pra ele, uma escola particular, tudo” (José).

Partindo da perspectiva tradicional de gênero, determinou-se como “bom pai” aquele que sustenta financeiramente e ensina os filhos, conectando o ser homem e o ser pai ao trabalho e estabilidade financeira (Beraldo & Trindade, 2016; Cúnico *et al.*, 2013; Sutter & Bucher-Maluschke, 2008; Vieira & Souza, 2010). O trabalho costuma ocupar lugar de destaque e prioridade na vida dos homens, sendo a profissão o local em que podem exercer o seu “poder pessoal, sua criatividade, capacidade de ação e de tomada de decisões” (Garcia *et al.*, 2019, p. 30). “Então, isso daí que me agrega ser pai, sabe? Sair todo dia pra trabalhar, tentar sempre dar do bom e do melhor, independente das dificuldades da vida” (Pedro). Nesse sentido, o exercício laboral e a tarefa de provisão financeira relacionam-se intimamente às ideias e exercícios de paternidade: “e eu dou tudo pra eles, dou estrutura, escola particular, é só ela me ligar que eu ajudo no que for, mas eu exijo (que os filhos tenham) compromisso” (Matheus).

Para os participantes, ser homem também envolve cumprir responsabilidades, ter princípios éticos e morais, controlar e cuidar para não “haver desvios” (condutas inadequadas e relacionadas ao crime e uso de drogas, por exemplo), reforçando a necessidade de exercer autoridade enquanto pai. “Ah, a voz autoritária é a do pai, entende ..., o filho vai respeitar sempre mais o pai do que a mãe, né?” (Jonas); “o pai tem que ter sua responsabilidade para cuidar dos filhos, pra não deixar ele se desviar do mal” (José). Medeiros (2021) aponta que em detrimento de construções sociais, muitos homens reprimem a expressão de emoções e se privam de demonstrar afeto, carinho e de cuidar dos filhos sob a ótica de que isso seria “coisa de mulher”, o que acaba corroborando para a reafirmação “do machismo e da violência inerentes ao patriarcado” (Medeiros, 2021, p. 2093). Destina-se então o lugar do poder e controle ao pai e de afeto à mãe – configurando construções machistas e estereotipadas que privam pais e mães de seus exercícios mais autênticos e humanos.

No âmbito dos sentimentos e sua expressão, chamou a atenção a repetição da expressão “chorar escondido” diante de situações difíceis vivenciadas na relação pai – filhos. Os relatos evidenciaram, portanto, a impossibilidade de expressão da tristeza na frente dos filhos.

Então, meu filho chorou muito esse domingo pra ir embora pra casa, e bah, é uma situação que tu... sabe? Tu não tem o que fazer, tu fica impotente, tem que se segurar. Então acabei indo pra um canto de casa, dando aquela chorada num canto, não tem o que fazer (Alessandro).

O sofrimento dos pais em decorrência dessa repressão de sentimentos aponta para a necessidade de um contexto que valorize e acolha as angústias paternas que pode, então, viabilizar que os pais se autorizem a cuidar de seus filhos. (Matos & Magalhães, 2019; Silva *et al.*, 2012).

Evidencia-se neste estudo a coexistência de movimentos contraditórios e importantes associados tanto à manutenção de um modelo hegemônico de paternidade quanto à emergência de um paradigma plural de paternidade com novas e diferentes possibilidades. Por um lado, a manutenção de ideias associadas às masculinidades e paternidades vinculadas à provisão material, autoridade e poder. Por outro, desejos de conexão afetiva e de cuidado que revelam o movimento de transição e as multiplicidades que envolvem a paternidade.

Contribuindo na percepção desse movimento plural, emergiram concepções sobre o ser pai associadas a afeto, proteção, dedicação, diversão, bem como a paternidade associada à presença e abdicação de si próprio em detrimento do(s) filho(s). Cabe destacar o conteúdo unânime de expressão de felicidade e amor relacionado com a paternidade, conforme os seguintes trechos: “então, ser pai é pra mim uma coisa muito especial, muito especial que eu não consigo ficar sem ver meu filho, eu não consigo ficar longe do meu filho” (Jonas). Essas ideias sinalizam a possibilidade de expressão do papel masculino pela via do afeto: é o que se denomina de “novo pai”, ou novas formas de ser pai, com participação e envolvimento efetivo nos cuidados com os filhos (Staudt & Wagner, 2008; Vieira & Souza, 2010). “Tudo aquilo que tu puder estender a mão para eles... tem que estar sempre presente na vida deles (os filhos)” (Antônio), ou ainda:

no dia que a minha filha nasceu, eu percebi que eu ia ter que me despir de tudo aquilo que eu havia agregado na minha vida até aquele dia, e dedicar tudo aquilo em prol de uma outra pessoinha, que ia ter que se desenvolver com todo meu carinho, todo meu amor, toda minha proteção (Hugo).

Neste novo cenário, alguns homens começam a demonstrar preocupação com o próprio paternar e com a relação que estabelecem com seus filhos - necessidade de acompanhar o crescimento, se dispondo a realizar cuidados considerados femininos e, portanto, direcionam-se gradativamente para o modo provedor afetivo em detrimento do provedor material (Freitas *et al.*, 2009). “A (responsabilidade) tanto do pai e da mãe acaba sendo compartilhada na criação dos filhos. Tanto prover o sustento no trabalho fora de casa quanto na criação dentro de casa” (Hugo).

Quando questionados sobre quais atividades realizam com os seus filhos, os pais responderam em unanimidade atividades lúdicas, de lazer e diversão, em consonância com a concepção de parceria e amizade e afastando-se de tarefas ligadas a obrigações e compromissos. Nesse sentido, a amizade emergiu enquanto possibilidade de aproximação e intimidade para com os filhos. “Ser (pai é ser) tudo: ser pai, ser amigo, ser companheiro” (Antônio); “levo ele (filho) para... escolho uma praça, pra se divertir, faço ele feliz” (Breno). Esse achado corrobora tanto questões relacionadas a estereótipos de gênero quanto o contexto de não convivência com os filhos durante a semana.

Percebe-se uma lacuna entre o discurso e o desejo de estarem presentes enquanto pais e, de fato, sua viabilidade, visto que a participação permanece reduzida ao tempo em que estão disponíveis aos filhos (Gabriel & Dias, 2011). Tempo que, por sua vez, também é escasso e que conta com atravessamentos dos estereótipos de gênero e, nesse caso, também de atravessamentos judiciais. Sobre o contexto, cabe ressaltar que envolve processos em andamento ou concluídos relacionados à aplicação da Lei Maria da Penha e à existência, na maioria dos casos, de medidas protetivas (artigo 22 da lei 11.340) que podem estabelecer “restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores”.

Mas como houve algumas coisas entre eu e a mãe dele ..., eu fico só no final de semana. Eu acho pouco ainda, mas eu sei que com o tempo a gente vai arrumando isso daí, né, as leis estão aí pra isso (Jonas).

Martins *et al.* (2017) apontaram que as medidas protetivas podem se configurar enquanto obstáculo para a convivência entre pai e filhos, mas têm como objetivo, exatamente, a proteção à integridade física e mental das mulheres vítimas e das crianças.

Já o subtema (b) discorre sobre as concepções dos participantes sobre as possibilidades de ser pai e de ser mãe. Como já referido, os modelos de maternidade e paternidade apoiados em estereótipos de gênero limitam homens e mulheres (Botton *et al.*, 2015), impedindo o livre exercício da parentalidade para além dos modelos de pai-provedor e mãe-cuidadora.

Acho que a mãe tem a posição dela e o pai tem a posição dele, né, cada um no seu lugar ... a gente sai bem mais pra rua do que as mulheres para trabalhar, né. Tem muitas mulheres, aí, que ficam em casa bastante tempo com os filhos, educando os filhos dentro de casa, mas nós que estamos na rua (Jonas).

Aqui também se evidenciam modelos estereotipados. Conceber o exercício da parentalidade de forma reduzida e simplificada reverberam no universo adulto e nos filhos, podendo impactar transgeracionalmente os futuros pais (Botton *et al.*, 2015).

Sabe-se que as primeiras noções sobre masculino e feminino, tal como conhecemos hoje, se deram pelas diferenças biológicas; no entanto, isso é insuficiente para a compreensão das definições socialmente adequadas de papéis tipicamente masculinos e femininos (Botton *et al.*, 2015; Lagares & Hackbardt, 2015), cabendo, então, o olhar para muito além do biológico (Borba & Guizzo, 2020). “Ah, eu acho que a diferença da mãe e do pai...tem bastante, assim, sabe?! A mãe gera a criança ali dentro, durante aqueles, geralmente, nove meses” (Jonas). Quando questionados, acerca das diferenças entre pai e mãe, os participantes enfatizaram o amor e o cuidado materno como algo inato às mulheres. Os marcos biológicos da gestação e da amamentação surgiram como argumentos que sustentam tal incomparabilidade do afeto e cuidado das mães, conforme as falas: “A mãe dá mais amor” (Antônio); “A mãe vai fazer sempre...digamos...muito mais que um pai. Desde o nascimento, o cuidado, o dia a dia e tudo mais, né ... mãe é mãe” (Walter).

Observa-se que mesmo com as mudanças que vêm ocorrendo nos papéis sociais e nas dinâmicas familiares, as mulheres seguem sendo vistas como principais cuidadoras dos filhos, o que foi naturalizado como “instinto materno” (Badinter, 1985). Badinter (1985) discorreu amplamente a respeito da construção histórica que impôs à mulher o encargo de ser, prioritariamente, mãe, o que resultou na perpetuação,

após 200 anos, do mito do instinto materno - “o amor espontâneo de toda a mãe pelo filho” (Badinter, 1985, p. 103). Em consonância, ganhou força a noção de que os homens não são capazes de cuidados com o bebê, e mesmo, se porventura, conseguem exercê-los, nunca serão tão bons, pois não possuem tal “instinto” (Cúnico *et al.*, 2013). “A diferença da mãe e do pai é fora de série, né. Mulher é um ser muito forte. Só em começar em gerar uma vida ali dentro dela, né. Nem se compara com o homem, né?” (Giovani). Apresenta-se então, o chamado “mito do não-amor paterno”, o qual se refere a essa construção do papel paterno como coadjuvante no cuidado com os filhos, que acaba por afastar ou até mesmo inviabilizar relação afetiva entre pais e seus filhos. A educação das crianças frente aos mitos do amor materno e do “não-amor paterno” pode levar à perpetuação da não responsabilização do homem frente à paternidade (Lima, 2011).

Educar

O tema da educação emergiu enquanto uma das principais tarefas paternas e se propõe a elucidar sobre as práticas educativas, ou seja, as estratégias utilizadas e os aspectos priorizados pelos pais na educação dos filhos. Denomina-se de práticas parentais ou práticas educativas o conjunto de estratégias que os pais ou responsáveis utilizam com o objetivo de educar seus filhos e que envolvem explicações, punições e recompensas. Tais estratégias retratam dimensões sociais, culturais e individuais que compõem crenças e expectativas relacionadas ao desenvolvimento das crianças (Oliveira & Caldana, 2009; Reppold *et al.*, 2005).

Dentre as práticas educativas, houve destaque para a prática de ensinar pelo exemplo: “com exemplo né, primeira coisa é o exemplo. Não adianta eu dizer as coisas pra eles e eu fazer. É com exemplo, é com atitudes” (Francisco). Também houve ênfase para a importância do diálogo, recurso viável na medida em que os pais recorrem à própria capacidade de amor, proteção e afeto (Cacciaccarro & Macedo, 2018). “Diálogo, sempre diálogo. Conversar, escutar, porque ele não cumpriu o combinado... é o único caminho” (Breno). O diálogo viabiliza o estabelecimento de relações saudáveis, pois há espaço para a construção conjunta de soluções – possibilitando, de modo geral, um contexto educativo favorável (Cacciaccarro & Macedo, 2018). “É sempre a partir da, da conversa e do exemplo mesmo pra... pra já tentar inculcar nela esse senso de responsabilidade pelos atos errados, e satisfação pelos, pelos acertos que ela faz” (Hugo).

Para além do exemplo e do diálogo, emergiram práticas como elogiar e recompensar quando o filho faz algo correto, assim como, cobrar, colocar de castigo, aumentar o tom de voz e repetir a mesma informação quando entendem que é necessário corrigir ou repreender. “Então, eu acho que conversar e colocar de castigo...” (Jonas); “elogiar muito quando faz certo, e chamar num cantinho quando fizer errado e conversar, não expor, né?” (Saulo). Importante ponderar que, ainda que o castigo tenha aparecido como uma via de correção, o castigo físico foi mencionado como uma estratégia não adequada. Questiona-se se esses achados estão associados à deseabilidade social. Sabe-se o quanto o clima emocional presente na conjugalidade pode transbordar na parentalidade e vice-versa, especialmente diante de desavenças e/ou conflitos (Bolze *et al.*, 2019). A crítica acerca da reverberação da violência conjugal na saúde dos filhos apareceu no relato de um dos participantes: “então, quando a gente briga, a gente discute aqui em casa, o que acontece que eu vejo nela né, é a questão que a criança fica mais encolhida, fica mais no canto dela, chora sozinha né?” (Jonas).

A respeito do que os pais priorizam ensinar para os seus filhos, estudo realizado em João Pessoa (Paraíba) com 18 casais com filhos entre 12 e 48 meses, identificou a percepção de que o papel do pai na educação da criança estava mais associado a ensinar, ter autoridade, e ser uma figura de exemplo a respeito de valores e princípios da vida (Lins *et al.*, 2015). Sobre o ato de ensinar, os participantes trouxeram a importância de mostrar as dificuldades da vida, educar sobre valores e aspectos morais como respeito, humildade, e incentivar estudos, ensinamentos religiosos e, principalmente, sobre trabalho e compromissos: “ensinar para eles que a vida, ela é...ela é dura, ela não...ela não é fácil” (Francisco); “desde pequeno eles têm que ter o compromisso, têm que saber que têm que estudar (...)” (Matheus).

Estudo sobre práticas educativas paternas realizado por Rosa (2021) evidenciou as práticas parentais associadas ao estabelecimento de limites, regras, comportamentos morais e afeto. Além disso, houve ênfase no ensino sobre certo e errado e na relação de parceria e amizade com os filhos. “Eu prefiro eu cobrar deles do que a vida cobrar deles lá fora, ou alguém vier dizer alguma coisa que...Como eu sou o pai eles são bem orientados, né?” (Francisco). Evidencia-se a preocupação em relação à necessidade de estabelecer regras e limites, que se deve ao modelo paterno socialmente preconizado (Andrade, Braun & Benicasa, 2018). Reforça-se, também, a perspectiva da autoridade e do controle que estão associados às ideias do que é ser pai — conforme o tema (1), Paternidade e Gênero —, as quais, por sua vez, são transmitidas de geração para geração.

Pais e seus pais

A temática da experiência da paternidade e sua relação com vivência que tiveram com seus pais se subdividiu em: (a) ausência da figura paterna; (b) experiências com os próprios pais; (c) desejo de fazer diferente. Os três subtemas promovem discussão acerca do processo transgeracional, o qual se refere ao que se aprende e é transmitido de geração para geração dentro de cada família, e que se perpetua por intermédio da concepção de mundo de cada indivíduo (Staudt & Wagner, 2008). As perguntas relacionadas às experiências que tiveram com os próprios pais obtiveram como resposta momentos de silêncio nos GF, com poucos participantes se voluntariando e interagindo. Tais momentos de silêncio refletiram a complexidade da temática e do sofrimento associado. Foram acessadas experiências e recordações difíceis, rompendo também com a desejabilidade social e o clima descontraído presente nos outros questionamentos.

O subtema (a) — ausência da figura paterna — discorre sobre situações de falta paterna e de emersão de figuras substitutivas. A ausência do pai foi justificada por óbito, ausência afetiva e física, assim como pai desconhecido — ausência do nome do pai na certidão de nascimento, por exemplo.

Pai não pode ser qualquer coisa, acho que tem que ter a presença do pai, tem que pelo menos registrar, pelo menos participar, tem que estar junto ali. Eu tenho certeza, se eu tivesse um pai, eu seria um homem bem melhor, isso que eu tenho pra dizer (Giovani).

Damiani e Colossi (2015) apontam que a ausência paterna física e/ou afetiva pode repercutir em sentimentos como abandono, solidão, insegurança, bem como dificuldades de relacionamento que podem surgir ainda na infância e seguir na vida adulta. Evidencia-se, então, dentre os participantes deste estudo, trajetórias de vida marcadas pela ausência paterna e experiências em um contexto com agressividade — o que parece corroborar com um contexto também violento em sua vida adulta (Garcia & Beiras, 2019). A respeito das figuras substitutivas, os participantes mencionaram, principalmente, as mães, mas também padrastos, tios e irmãos mais velhos. “Sabe, tipo assim, que a minha mãe foi o meu pai entendeu? Mas até o tempo que eu, tipo assim consegui recordar de coisas boa dele, não tive, não tem... não tive exemplo, sinceramente” (Pedro).

Para além da ausência paterna, no subtema (b) — experiências com os próprios pais — apareceram vivências de situações de agressão direcionadas às mães e aos filhos, e casos de alcoolismo, também, associados a situações de violência. “Mas um tempo atrás, meu pai bebia né, então ele era aquele bêbado que chegava em casa já brigando” (Jonas).

Eu tinha uns 13, 14 anos e eu tava voltando e me esqueci de tirar meu brinco (risos), um brinquinho de argola, maravilha né (...) foi aqui dentro de casa, (meu pai) pegou um 38, e saiu atrás de mim me dando tiro (João).

Percebe-se nos relatos uma infância permeada por conflitos e violência. Presenciar uma situação de violência familiar como vítima ou como testemunha na infância, repercute nos modelos a serem seguidos, especialmente nas relações afetivas (Colossi *et al.*, 2015). Por isso, faz-se primordial o olhar para a violência doméstica tendo em vista suas repercussões nas crianças testemunhas e o exercício da paternidade (Rodrigues & Chalhub, 2014).

Situações de relacionamento positivo com seus pais, também apareceram no relato de dois homens. Um deles referiu-se ao pai como principal referência, pois foi quem assumiu os seus cuidados em decorrência do óbito da mãe. Já o outro participante relatou uma experiência de presença paterna: “a convivência com eles (pai e mãe) segue até hoje, são pessoas maravilhosas. Tudo que eu tenho hoje eu devo a ... a eles” (Hugo). Percebeu-se a expressão emocional de orgulho durante o relato de experiências positivas paternas, reforçando o quanto o pai é uma figura de suma importância para o desenvolvimento humano (Meira, 2020). É exatamente o processo de reavaliação que possibilita atribuição de significado às próprias experiências passadas e presentes, compondo a parentalidade de uma forma mais complexa e real (Backes, *et al.*, 2018; Beltrame & Bottoli, 2010; Rodrigues & Chalhub, 2014).

Os achados deste estudo evidenciam, em sua maioria, experiências paternas permeadas por algum tipo de sofrimento. Nesse caminho, o desejo de fazer diferente aparece como uma forma de tentar escrever uma nova história enquanto pais, sendo esse o assunto do subtema (c) — desejo de fazer diferente. Reflexões e relatos que ilustraram tentativas reparadoras mostraram-se presentes: “mas eu...como eu não tive pai e não foi registrado o nome do pai, eu preferi sempre meus filhos perto de mim, né.” (Giovani); “eu acho que assim ó, o que eu passei junto com meu pai eu não quero que nenhuma criança passe, nenhuma (...)” (Jonas). Ainda que exista uma tendência em manter os padrões disfuncionais vividos das situações de violência intrafamiliares, não se trata de uma determinação em que não há outras possibilidades. Ressalta-se que fatores de proteção relacionais, sociais e individuais, tal como a resiliência, modelos positivos e espaços apropriados para a reflexão, podem contribuir para que o padrão de relação baseado na violência seja ressignificado e novas formas de se relacionar façam-se presentes (Rodrigues & Chalhub, 2014).

Momentos marcantes

Por fim, apresenta-se o tema referente aos momentos marcantes de experiências vividas com os filhos, os quais são permeados por sentimentos como tristeza, felicidade e orgulho. Esse tema divide-se em dois subtemas: (a) momentos de proximidade e presença; (b) momentos de afastamento e ausência.

A respeito dos momentos de proximidade e presença, houve relatos sobre o momento do nascimento dos filhos e da primeira vez que são chamados de “pai”: “a melhor recordação é o nascimento, né? Quando sai aquele rostinho ali te olhando ali, chorando. E quando eles te chamam a primeira vez de pai, né” (Matheus). O nascimento do filho é um marco fundamental na paternidade, é o momento no qual o homem se depara com a realidade do filho (Freitas *et al.*, 2007; Jardim & Penna, 2012). Situações em que estão presentes e recebem afeto dos filhos, como abraços e sorrisos, também, tiveram destaque: “e ontem eu consegui um tempo para ir buscar ela (na escola), e só de ver a felicidade dela, quando se levantou e veio correndo pra me dar um abraço, então isso aí não tem preço” (Hugo). Essa seleção de momentos reforça a emersão de novas possibilidades para o exercício da paternidade: que pode ser afetiva, participativa e com envolvimento emocional com os filhos (Backes *et al.*, 2018).

Momentos do tipo “tal pai, tal filho” apareceram permeados por orgulho e satisfação:

Ele enxerga eu fazendo e quer fazer, vê eu dirigindo e quer aprender a dirigir, eu troco a marcha e ele pergunta pra mim como faz, e eu já vou ensinando ele já desde pequeno pra ele não sentir medo quando crescer (José).

Ou ainda: “muito orgulhoso do meu filho, meu filho foi para o exército, virou cabo da cavalaria (...) Tá seguindo os caminhos do pai né (...)” (Francisco). Ao mesmo tempo em que se percebe relatos permeados por afetos, historicamente, os homens vêm sendo responsáveis por ensinar os meninos a respeito de padrões de masculinidade impregnados, em grande parte, por aspectos como controle, proibições e machismo. Os momentos escolhidos pelos participantes promovem reflexão sobre o quanto essas concepções de masculinidade estão ainda presentes na educação das crianças (Viana & Ferrarini, 2016).

O subtema (b) — momentos de afastamento e ausência — foi marcado por situações concretas e agudas como hospitalização, problemas na hora do parto e um relato de óbito da filha. “Nos 15 anos (da filha) foi diagnosticado uma doença... que levou ela ao falecimento. Mas foi os piores anos da minha vida, né?” (Cláudio); “porque eu já passei todos esses 7 dias com ele no hospital, então eu ver ele ali dentro daquele negocinho de acrílico ali, cheio de caninho, cheio de aparelho, eu pensei que eu ia perder o meu filho ali” (Jonas). Os momentos de sofrimento e ausência de controle parecem permitir aos pais exercitarem cuidado, afeto e expressão de sentimentos (Reis *et al.*, 2017).

Falas relacionadas à aplicação da Lei Maria da Penha e suas repercussões: processo divórcio/separação, medida protetiva e guarda dos filhos, também, foram observadas. A situação da guarda unilateral vivida pela maioria dos participantes e a consequente redução do tempo que permanecem com seus filhos foi trazida, permeada por sentimentos como tristeza e raiva.

E acho que eu fiquei uns 5 meses sem poder ver ele (o filho) e a situação toda se tramitando na justiça (...) É bem difícil pra mim... eu durmo só uma noite com ele a cada 15 dias, mas vamos se ajeitando aí, né? É bem difícil, às vezes, a gente tem que ir pra um canto, chorar um pouco, restabelecer e tocar a vida. (Camilo).

No âmbito jurídico, existem diversas discussões a respeito do regime de guarda e a existência de medida protetiva por aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Freitas (2018) aponta a defesa acerca da incompatibilidade entre a existência de conflito entre o ex-casal e a guarda compartilhada, pois a mesma só é efetiva se há diálogo e consenso entre os participantes. Em contrapartida, uma decisão do STF definiu que a falta de diálogo entre os genitores não impede que haja guarda compartilhada, já que a responsabilidade pela educação dos filhos é soberana e deve ser partilhada (Tribunal de Justiça de São Paulo, 2016).

Kelly e Johnson (2008) descrevem quatro tipos de violência: violência de controle coercitivo; resistência violenta; violência conjugal situacional; e, violência iniciada pela separação. Os autores destacam a importância da diferenciação entre os tipos de violência quando na iminência de tomada de decisão no contexto jurídico, tornando assertiva a aplicação de medidas e sanções. Sendo assim, a pertinência e/ou possibilidade de convívio com os filhos em situações de aplicação da Lei Maria da Penha deve levar em consideração a proteção da vítima, mas também a avaliação criteriosa da situação vivenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo compreender as concepções de paternidade de homens que respondem a processo pela Lei Maria da Penha. Percebeu-se a presença de concepções associadas a ideias hegemônicas de masculinidade e que se transpõem no exercício da paternidade — com destaque para a impossibilidade de expressar emoções na frente dos filhos. Ademais, evidenciaram-se aspectos transgeracionais e o desejo de fazer diferente na relação com o próprio filho, almejando a presença paterna com demonstrações afetivas. Já a percepção acerca da reverberação da violência conjugal na relação pai-filho centrou-se, principalmente, no sofrimento e na tristeza diante do afastamento dos filhos devido à aplicação de medida protetiva.

Nesse sentido, aponta-se para a importância da via do afeto enquanto caminho possível para a mudança, por intermédio de intervenções e políticas públicas que fomentem a expressão emocional e a construção de relações saudáveis. A história dos pais permeada por faltas e por modelos masculinos agressivos não precisa se repetir na vivência com seus filhos. Tal ruptura na repetição transgeracional entre pais e filhos configura-se enquanto possibilidade para a erradicação da violência nas relações íntimas. Ressalta-se, então, a necessidade do olhar atento e humanizado para a população de homens acusados e autores de violência que são pais, evitando generalizações que os reduzam ao ato violento. Dito isso, os relatos e concepções sobre paternidade presentes neste estudo ilustram sobre novas possibilidades para muito além da reverberação do comportamento violento. É importante considerar a subjetividade de cada indivíduo e de seu contexto familiar para que seja possível a construção de uma história de presença e afetividade paterna.

Entende-se que se trata de uma situação complexa e delicada, ainda mais pelos altos índices de violência contra mulher e feminicídio no Brasil. Para viabilizar o contato pai-filho, recomenda-se, após a análise de cada caso, a inserção de um terceiro, como um familiar, por exemplo, possibilitando a mediação e, consequentemente, o exercício de ser pai. Sugere-se, então, a avaliação individual de cada caso para discernir se a convivência com o(s) filho(s) será possível ou não, tendo em vista a proteção da mulher/vítima e, também, das crianças testemunhas.

Dentre as limitações deste estudo, pode-se destacar o uso da internet, especificamente, as oscilações na conexão (queda ou congelamento da imagem) durante a realização dos grupos *on-line*. Por outro lado, o formato *on-line* encurtou distâncias, facilitou o acesso (com a possibilidade de participação no grupo desde os seus contextos) e contou com a participação ativa dos pais, evidenciando a necessidade de espaços para falar sobre o tema. Ademais, o mesmo formato pode viabilizar a replicação deste estudo e de intervenções com pais em diferentes Estados do país. O contexto de pandemia da Covid-19 ocasionou ainda mais afastamento em detrimento da necessidade de distanciamento social, o que pode ter intensificado os sentimentos e relatos a respeito da distância dos filhos e a necessidade de dialogar sobre a temática.

Ressalta-se a importância de estudos acerca das diferentes possibilidades de paternidades no contexto de violência conjugal, a fim de produzir intervenções preventivas que fomentem espaços para a presença paterna afetiva e efetiva. Sabe-se que o fenômeno da violência é complexo, no entanto, acredita-se que uma das formas de romper esse ciclo envolve a expressão emocional do amor de forma genuína e validada socialmente.

REFERÊNCIAS

- Adhia, A. & Jeong, J.** (2019). Fathers' perpetration of intimate partner violence and parenting during early childhood: Results from the Fragile Families and Child Wellbeing Study. *Child abuse & neglect*, Elsevier, 96, 104-103.
- Andolfi, M.** (2021). Checkmate ao rei: como reinventar o pai. *Pensando Famílias*, 25 (1), 21-40.
- Andrade, C. J., Braun, L. D., & Benincasa, M.** (2018). O cuidado dos filhos sob a responsabilidade paterna: mudanças de paradigmas nas relações familiares. O cuidado paterno frente às reconfigurações familiares. *Vínculo-Revista do NESME*, 15(2).
- Arruda, S. L. S., & Lima, M. C. F.** (2013). O novo lugar do pai como cuidador da criança. *Estudos interdisciplinares em Psicologia*, 4(2), 201-216.
- Backes, M. S., Becker, A. P. S., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L.** (2018). A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(61), 66- 81.
- Badinter, E.** (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Beltrame, G. R. & Bottoli, C.** (2010). Retratos do envolvimento paterno na atualidade. *Barbarói*, 32, 205-226.
- Benczik, E. B. P.** (2011). A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. *Revista Psicopedagogia*, 28(85), 67-75.
- Beraldo, G. S. & Trindade, E.** (2016). Novos pais, novos homens? Paternidade e identidade masculina no contexto pós-moderno. *Pretextos*, 1(2), 55-74.

- Bernardi, D.** (2017). Paternidade e cuidado: "novos conceitos", velhos discursos. *Psicologia Revista*, 26(1), 59-80.
- Bolze, S. D. A.** (2016). *Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais: uma perspectiva da transmissão intergeracional*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bigras, M., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. A.** (2019). Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias sul-brasileiras. *Ciências Psicológicas*, 13(1), 67-81.
- Borba, T. N. & Guizzo, B. S.** (2020). Representações de Maternidade/Paternidade em materiais didáticos contemporâneos: um estudo a partir das questões de gênero. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem-estar*, 4(1), 322-340.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N.** (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando famílias*, 19(2), 43-56.
- Braun, V. & Clarke, V.** (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Cacciaccaro, M. F. & Macedo, R. M. S.** (2018). A família contemporânea e seus valores: um olhar para a compreensão parental. *Psicologia em Revista*, 24(2), 381-401.
- Colossi, P. M., Marasca, A. R., & Falcke, D.** (2015). De geração em geração: a violência conjugal e as experiências na família de origem. *Psico*, 46(4), 493-502.
- Cúnico, S. D., Arpini, D. M., & Cantele, J.** (2013). A impossibilidade no exercício da paternidade: algumas reflexões. *Psicologia em Revista*, 19(3), 353-370.
- Damiani, C. C. & Colossi, P. M.** (2015). A ausência física e afetiva do pai na percepção dos filhos adultos. *Pensando famílias*, 19(2), 86-101.
- Freitas, B. O.** (2018). Medida protetiva na lei Maria da Penha: incompatibilidade com a guarda compartilhada. *Virtuajus*, 3(5), 186-197.
- Freitas, W. D. M. F., Coelho, E. D. A. C., & Silva, A. T. M. C. D.** (2007). Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(1), 137-145.
- Freitas, W. D. M. F., Silva, A. T. M. C. D., Coelho, E. D. A. C., Guedes, R. N., Lucena, K. D. T. D., & Costa, A. P. T.** (2009). Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Revista de saúde pública*, 43, 85-90.
- Fundação Brasileira de Segurança Pública** (2021). *Atlas da violência* (5ªed.) Brasília.
- Gabriel, M. R. & Dias, A. C. G.** (2011). Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16(3), 253-261.
- Garcia, A. L. C., & Beiras, A.** (2019). A psicologia social no estudo de justificativas e narrativas de homens autores de violência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(2), 45-58.
- Garcia, L. H. C., Cardoso, N. O., & Bernardi, C. M. C. N.** (2019). Autocuidado e adoecimento dos homens: uma revisão integrativa nacional. *Revista Psicologia e Saúde*, 11(3), 19-33.
- Gianini, M. S.** (2021). *Em nome do pai: a resignificação da paternidade*. São Paulo, SP: Dialética.
- Jardim D. M. B. & Penna C. M. M.** (2012). Pai-acompanhante e sua compreensão sobre o processo de nascimento do filho. *REME Rev Min Enferm.* 16(3), 373-81.
- Keijzer B** (2003). Hasta donde el cuerpo aguante: género, cuerpo y salud masculina. In: Cáceres C, Cueto M, Ramos M, Vallens S, organizadores. La salud como derecho ciudadano: perspectivas y propuestas desde América Latina. Lima: *Facultad de Salud Pública y Administración de la Universidad Peruana Cayetano Herida*; p. 137-152.

- Kelly, J. B. & Johnson, M. P. (2008). Differentiation among types of intimate partner violence: Research update and implications for interventions. *Family court review*, 46(3), 476-499.
- Kostic, J. O., Spasojević, M., & Mitrovic, M. (2018). *Fathering: experience in the Family origin and father involvement*. Psychological Applications and Trends, 323-325.
- Lagares, G. P. & Hackbardt, R. R. S (2015). Masculinidade e paternidade: uma abordagem de gênero à luz da guarda compartilhada. *Revista JurEs*, 7(14), 124-140.
- Lamb, M. E. (2000). The history of research on father involvement: an over view. In H. E. Peters, G. W. Peterson, S. K. Steinmetz, & R. D. Day (Eds.), *Fatherhood: research, interventions and policies Abingdon: Routledge*, 23-42
- Lima, R. L. S. (2011). "O mito do não-amor paterno": o papel masculino na paternidade. Trabalho de conclusão de Curso, Faculdade de Psicologia do Vale do Ipojuca, Caruaru.
- Lins, Z. M. B., Salomão, N. M. R., Lins, S. L. B., Carneiro, T. F., & Eberhardt, A. C. (2015). O papel dos pais e as influências externas na educação dos filhos. *Revista da SPAGESP*, 16(1), 43-59.
- Martins, A., Fuchs, L., & Cury, T. (2017). A guarda dos filhos nos casos de violência doméstica contra a mulher. *Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena*, 22(1), 3-17.
- Matos, M. G. & Magalhães, A. S. (2019). Ser pai na contemporaneidade: demandas contraditórias. *Psicologia Revista*, 28(1), 151-173.
- Medeiros, G.B.T (2021). Os efeitos sucessórios na paternidade socioafetiva. *Repositório IDB*. 190-293.
- Meira, C. M. P. (2020). *O pai como figura de vinculação primária*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade do Porto, Porto - Portugal.
- Mohaupt, H. & Duckert, F. (2016). Parental reflective functioning in fathers who use intimate partner violence: Findings from a Norwegian clinical sample. *Nordic psychology*, 68 (4), 272-286.
- Neto, I. F. D. O. N., Firmino, I. M. F., & Paulino, P. R. V. P. (2019). A construção social do estigma em masculinidade - Uma revisão de Literatura. *Revista Científica UNIFAGOC-Multidisciplinar*, 4(1), 60-72.
- Oliveira, T. T. S. S. & Caldana, R. H. L. (2009). Educar é punir? Concepções e práticas educativas de pais agressores. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(3), 679-694.
- Organização Mundial da Saúde (2012). *Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência*. Organização Mundial da Saúde.
- Reis, S. M. G. D., Leite, A. C. A. B., Alvarenga, W. D. A., Araújo, J. S., Zago, M. M. F., & Nascimento, L. C. (2017). Metassíntese sobre o homem como pai e cuidador de um filho hospitalizado. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 25, 1-11.
- Reppold, C., Pacheco, J., & Hutz, C. (2005). Comportamento agressivo e práticas disciplinares parentais. *Violência e risco na infância e adolescência: Pesquisa e intervenção*, 9-42.
- Rodrigues, L. S. & Chalhub, A. A. (2014). Contextos familiares violentos: da vivência de filho à experiência de pai. *Pensando famílias*, 18(2), 77-92.
- Rosa, J. M. (2021). *De pai para filho: o aprendizado das práticas educativas parentais entre gerações de homens*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Santos, W. P., Ferreira, J. A., & Freitas, F. B. D.** (2018). As Implicações do processo de paternidade para o comportamento masculino. *Revista de Atenção Primária à Saúde*, 21(2).
- Silva, E., Lamy, Z., Rocha, L., & Lima, J.** (2012). Paternidade em tempos de mudança: uma breve revisão da literatura. *Revista Pesquisa em Saúde*, 13(2), 54-59.
- Staudt, A. C. P. & Wagner, A.** (2008). Paternidade em tempos de mudança. *Psicologia: Teoria e prática*, 10(1), 174-185.
- Stover, C. S.** (2013). Fathers for change: A new approach to working with fathers who perpetrate intimate partner violence. *The journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 41(1), 65-73.
- Sutter, C. & Bucher-Maluschke, J. S. N. F.** (2008). Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. *Psico*, 39(1), 74-82.
- Tribunal de Justiça de São Paulo** (2016, abril). Gapri Informa STJ STF. <http://www.tjsp.jus.br/Download/SecaoDireitoPrivado/Boletins/2016/GapriInformaAbril2016.pdf>
- Velásquez, A. S.** (2006). Identidad, responsabilidad familiar y ejercicio de la paternidad en varones del Estado de México. *Papeles de Población*, 48, 155- 179.
- Viana, M. A. & Ferrarini, N. L.** (2016). A lacuna moral na educação de meninos: o impacto das novas configurações de masculinidade na subjetividade infantil. *Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental*, 5(1), 13-30.
- Vieira, E. N. & Souza, L.** (2010). Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade. *Análise psicológica*, 28(4), 581-596.
- Waiselfisz, J. J.** (2015). *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. FLACSO, Brasília (DF).

PAOLA GONÇALVES E ALVES

Psicóloga, Terapeuta Sistêmica: individual, casal e família (INFAPA). Pós-graduada em Psicologia Hospitalar (Hospital Moinhos de vento) e Mestra em Psicologia e Saúde (UFSCPA).

<https://orcid.org/0000-0003-4038-0274>

E-mail: paolaalvess17@gmail.com

MARIANA G. BOECKEL

Psicóloga, Terapeuta Familiar e de Casal (Unisinos/Accademia Di Psicoterapia Della Famiglia), Mestre e Doutora em Psicologia (PUCRS/Universitat de València), professora e pesquisadora no Curso de Psicologia e no Programa de Pós Graduação em Psicologia e Saúde (UFCSPA).

<http://orcid.org/0000-0002-2806-0238>

E-mail: marianagb@ufcspa.edu.br